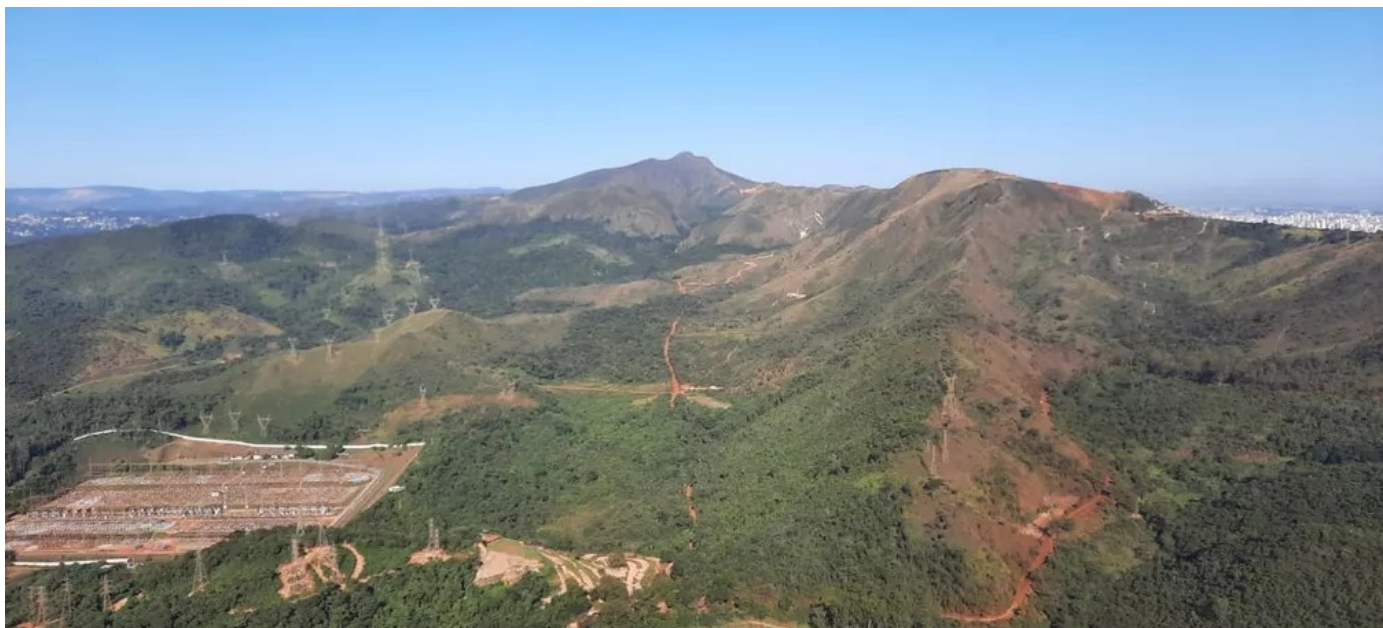


Serra do Curral: conselho ambiental aprova exploração por mineradora em cartão postal da Grande BH

Reunião virtual com representantes do governo e sociedade civil durou mais de 18 horas. Área a ser explorada tem vegetação nativa de Mata Atlântica e está em processo de tombamento.

Por Guilherme Pimenta, g1 Minas — Belo Horizonte
30/04/2022 03h58 Atualizado há 2 dias



Área onde será instalado o Completo Minerário Serra do Taquaril, na Serra do Curral — Foto: Lucas Franco/TV Globo

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) aprovou, neste sábado (30), o licenciamento total para o Complexo Minerário Serra do Taquaril, na região da Serra do Curral, em Nova Lima, Região Metropolitana de Belo Horizonte. O processo foi deferido após mais de 18h de reunião virtual.

Os conselheiros definiram pela continuidade do empreendimento, com oito votos favoráveis e quatro contrários. A definição saiu às 3h14. Todos os representantes do poder executivo estadual foram unânimes pela aprovação do projeto.

Acompanhe como votaram os conselheiros:

A favor:

Secretaria de Estado de Governo (Segov)
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede)
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig)
Agência Nacional de Mineração (ANM)
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas (Sindiextra)
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
Sociedade Mineira de Engenheiros (SME)

Contra:

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Fundação Relictos (Relictos)
Associação Promotuca (Promotuca)
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes)

5.1						
ENCAMINHAMENTO PELO(A): Deferimento						
REPRESENTAÇÃO		VOTAÇÃO				
Entidade	Conselheiro	Favorável	Contrário	Abstenção	Ausente	
SOCIEDADE CIVIL PODER PÚBLICO	Segov	Verônica I. Cunha Coutinho	X			
	Sede	Maria Eugênia Monteiro	X			
	Sedese	Joana Moraes Rebelo Horta L.	X			
	Codemig	Paulo Eugênio de Oliveira	X			
	Ibama	Pedro Paulo Ribeiro		X		
	ANM	Claudinei Oliveira Cruz	X			
	Sindiextra	Denise Bernardes Couto	X			
	FIEMG	Thiago Rodrigues Cavalcanti	X			
	Relictos	José Ângelo Paganini		X		
	Promutuca	Tobias Tiago Pinto Vieira		X		
	SME	Carlos E. Orsini Nunes de Lima	X			
	Abes	Valter Vilela Cunha		X		
	PRESIDENTE					
	TOTAL		8	4	0	0
RESULTADO		DEFERIDO				

Tabela de votação durante reunião do Copam que definiu futuro do empreendimento na Serra do Curral — Foto: Reprodução

Na última terça-feira (26), **O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)** ajuizou uma ação contra a mineradora **Taquaril Mineração S.A. (Tamisa)** e a prefeitura de **Nova Lima**, após constatar irregularidades em um empreendimento.

A Tamisa pretende instalar um complexo minerário de grande porte na Serra do Curral, em área com vegetação nativa de Mata Atlântica, classificada como **“Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade Especial”**.

Ainda segundo o MPMG, o complexo inclui lavra a céu aberto de minério de ferro, unidade de tratamento de minerais, com tratamento a seco e úmido, pilhas de rejeito estéril, estradas internas, bacias de contenção de sedimentos, estruturas e prédios administrativos.

O órgão afirmou ainda que a legislação municipal proíbe a atividade de mineração na região. Mesmo assim, a Prefeitura de **Nova Lima** atestou a conformidade do projeto no dia 15 de fevereiro deste ano.

A instituição pede para que a Justiça suspenda a instalação.

Tombamento

A aprovação para a implantação do empreendimento vai contra o processo de tombamento a Patrimônio Cultural e Ambiental do Estado, que já está em curso para proteger a Serra do Curral. Estado, que já está em curso para proteger a Serra do Curral.

O parecer único da própria Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad) afirma que, para a instalação do complexo com vida útil de 13 anos, será necessário devastar 41,27 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica, dos quais quase seis hectares estão em áreas de preservação permanente.

A área total do empreendimento – Área Diretamente Afetada – é de 101,24 hectares.

O urbanista Roberto Andrés, professor de arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é contrário à instalação da mineradora no local.

“É permitido iniciar a operação antes de ter uma aprovação definitiva? O próprio processo de tombamento já caracteriza uma situação de proteção. Ainda mais que ele foi aprovado, em 2021, no Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG). É um processo que já está concluído na sua elaboração. Só falta um passo protocolar, que é a aprovação do conselho. No entanto, o governo de Minas tirou de pauta do conselho várias vezes e está adiando essa aprovação do Conselho Estadual de Patrimônio”, concluiu.

O que diz o governo

Às 3h53, o g1 Minas procurou o governo de Minas com o posicionamento sobre a aprovação do empreendimento e sobre as denúncias referentes ao tombamento da Serra do Curral.

O governo enviou uma nota, em nome da Semad e também do Copam, já que ele é um órgão subordinado administrativamente à pasta.

Leia a nota na íntegra:

"O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), informa que os processos de licenciamento são formalizados com amplos estudos técnicos que servem de suporte para decisão dos conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) e do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

Sobre a concessão da Licença Prévia (LP) concomitante à Licença de Instalação (LI) para o Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST), discutida na sexta-feira (29) e finalizada neste sábado (30), informamos que a definição de deferimento ou indeferimento das respectivas licenças pleiteadas é de competência dos conselheiros do Copam - órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, composto por diversas instituições, com representantes do Poder Público e também da Sociedade Civil.

A empresa responsável pelo projeto terá que cumprir compensações ambientais e florestais impostas pela legislação, que incluem a preservação e/ou recuperação de cerca de 4 vezes a área total suprimida, além de investir 0,5% do valor total de investimentos do projeto em ações ambientais. Além dessas obrigações, foram impostas diversas condicionantes, das quais destacamos: disponibilizar e divulgar um canal de comunicação direta e gratuito entre empreendedor e comunidade, visando o recebimento de sugestões, reclamações e dúvidas relacionadas ao empreendimento; apresentar à Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) o Estudo de Dispersão Atmosférica (EDA) e Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar (PMQAR), e descrição do resultado com avaliação da qualidade do ar da área de influência do empreendimento; apresentar proposta de monitoramento sismográfico e comprovar a execução do objeto referente ao apoio nos resgates de animais silvestres no entorno do empreendimento. Apesar de não haver qualquer impacto previsto no Hospital da Baleia, a Tamisa se dispôs a avaliar a sensibilidade dos equipamentos hospitalares à vibração, além de implantar projeto de proteção à poeira no bloco cirúrgico do hospital.

Sobre o tombamento Estadual da Serra do Curral, a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG) esclarecem que os estudos foram iniciados pelo Iepha em 2017 e aprovados em 2021. Diante da aprovação técnica do Iepha, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) recomendou a apresentação do referido estudo ao Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (Conep). Contudo, antes da apresentação, os municípios contemplados questionaram sobre as consequências dessa proteção em seus territórios. O Iepha, para garantir o conhecimento, discussão e manifestação dos municípios no processo, julgou interessante apresentar os estudos às administrações de cada localidade, o que foi acolhido pelo MPMG.

*No intuito de ampliar o debate e garantir a manifestação dos municípios, IEPHA e MPMG acordaram em aditar o Termo de Compromisso que possibilitou a elaboração dos estudos e formatação da proposta inicial de tombamento, a fim de permitir que novas informações fossem analisadas e avaliadas. Comunicações e reuniões entre os gestores de **Belo Horizonte**, **Nova Lima** e Sabará já foram realizadas e novas rodadas técnicas estão previstas."*

O que diz a Tamisa

Leia a nota na íntegra:

"A TAMISA informa que é falsa a informação de que iniciou obras antes da concessão da Licença de Instalação, aprovada democraticamente ontem em reunião ordinária da Câmara de Mineração do COPAM, que teve longa duração devido à tentativa de um grupo organizado de pessoas, de inviabilizar a reunião virtual inscrevendo mais de 200 participantes para falar, cada um com direito a 5 minutos, o que conduziu a mais de 16 horas de manifestações.

Trata-se de Processo de Licenciamento Ambiental absolutamente regular, fundamentado em detalhados estudos ambientais desenvolvidos ao longo de 7 (sete) anos, seguido de rigorosa análise do órgão ambiental competente durante mais de dois anos que, ao final, emitiu parecer favorável ao deferimento da licença, aprovado na reunião de ontem.

A TAMISA considera que a opinião de um grupo organizado, com interesses pessoais e políticos, que vem divulgando informações distorcidas sobre o projeto, não deve inviabilizar um empreendimento regular, em conformidade com a legislação, que beneficia toda a sociedade."

O que diz a Prefeitura de Nova Lima

Procurada, a prefeitura não respondeu ao questionamento do g1 Minas sobre ter emitido um atestado de conformidade em desacordo com o plano diretor da cidade, segundo o Ministério Público.

Leia a nota enviada na íntegra:

*"A Prefeitura de **Nova Lima** informa que todo processo de licenciamento minerário é de responsabilidade do Estado. Cabe ao município apenas atestar a conformidade da atividade conforme os parâmetros do Plano Diretor."*

Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/04/30/conselho-ambiental-aprova-exploracao-da-serra-do-curral-por-mineradora-em-nova-lima.ghtml>

Acesso em: 03.05.2022